



Vaza Jato: a transformação do acontecimento jornalístico através da circulação de sentidos

Bianca Rosa¹.

Antônio Fausto Neto (Orientador)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Resumo: A proposta deste artigo é trazer um debate sobre as reflexões provocadas durante a investigação da dissertação de mestrado em andamento, intitulada “Transformações do acontecimento jornalístico na sociedade midiaticizada”, que analisa a Vaza Jato sob a luz de um caso midiaticizado. Abordamos neste artigo uma contextualização inicial sobre este acontecimento e de que forma ele se origina e se relaciona de forma complexa com outra operação comunicacional bastante singular, como a Operação Lava Jato. Dessa forma, buscamos compreender os complexos processos comunicacionais que se desenvolvem através das lógicas de uma sociedade midiaticizada, e inferindo, de maneira superficial, de que forma o jornalismo atua nesse processo, ao ressignificar as suas práticas a partir da complexidade dos acontecimentos que o engendram.

Palavras-chave: Jornalismo; Vaza Jato; Circulação; Midiaticização; Acontecimento.

1. Do jornalismo dos meios para o jornalismo midiaticizado

Durante a era dos meios, o jornalismo foi protagonista de um processo de mediação entre as instituições e a sociedade, que intermediava, segundo dimensão representacional, a comunicação entre os diversos campos e os receptores. Essa dinâmica acabou conferindo uma certa autonomia à comunicação durante esse período, materializado nas manifestações da mídia de massa. Dessa maneira, as mídias consolidaram uma

¹ Mestranda em Comunicação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).
E-mail: bianca0rosa@gmail.com

dinâmica de massificação dos processos informativos e de entretenimento, na forma de uma indústria cultural, o que provocava uma forte influência no processo de formação da opinião pública. O estudo dessas processualidades foi contemplado por diversas pesquisas na área da comunicação, que apontavam o receptor como passivo. Porém, como observa Braga (2012), o teórico Jesús Martín-Barbero alertou, a partir dos anos 1980, para um diferencial que foi fundamental na compreensão da relação entre a sociedade e a atuação da mídia de massa: “a inserção cultural do receptor”.

Por esse ângulo, considerava-se que havia de fato uma dinâmica relacional entre a sociedade e os meios, pensamento que desmistificou a ideia de que a sociedade sempre foi estritamente passiva aos meios de massa. Essa constatação desencadeou uma nova interface analítica, que superava uma visão objetivista dos meios, motivando a concepção de uma divisão histórica conceituada como “dos meios à mediação”. Essa mesma lógica de pensamento encontra paralelo nos estudos de Eliseo Verón quando ele se refere à midiatização, a conceituando como “um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semi-ose”. Segundo o autor, essa capacidade foi progressivamente ativada por conta de diversos contextos históricos, porém as suas consequências estiveram presentes desde o início da nossa história evolucionária, “afetando a organização das sociedades ocidentais muito antes da modernidade”. (VERÓN, 2014, p.12).

Entretanto, esta situação foi se modificando ainda mais, na medida que os processos comunicacionais foram se complexificando, com o contexto da sociedade em midiatização e o uso da internet. No momento em que indivíduos e instituições passaram a ter acesso às redes sociais, passaram a ser também eles mesmos produtores de conteúdo, assim como passaram a dominar outros canais de interação. Dessa forma, a comunicação passou a ser mais caracterizada pelo atravessamento de diversos campos, que se comunicam entre si, relativizando inclusive a própria capacidade de mediação, atribuída de modo específico à mídia de massa. Ao tentar compreender essa nova fase do processo comunicacional, em que há um atravessamento dos campos sociais que geram situações indeterminadas, levamos em conta a singularidade do conceito de midiatização como operador analítico desta reflexão.

2. A noção de acontecimento e o processo de circulação

Dentro da ambiência da midiaticização, a circulação é um dos conceitos oferecidos para compreender as novas dinâmicas comunicacionais através das quais se manifestam atravessamentos e interpenetrações de estratégias narrativas entre diferentes campos, como o do direito e o da comunicação, conforme propõe nosso estudo. Interessa-nos estudar como as dimensões jornalísticas e jurídicas operam, através de suas lógicas, sobre os modos através dos quais os acontecimentos vão se constituindo. Assim, percebemos, no momento atual, uma nova ambiência comunicacional, em que as relações entre produção e recepção estão se tornando cada vez mais complexificadas.

a nova ‘arquitetura comunicacional midiática’, envolvendo novas relações entre produtores e receptores de mensagens, deve levar em conta as transformações havidas no âmbito da circulação. Sofrendo as injunções dos processos de midiaticização crescente, a circulação complexifica seus papeis, ao organizá-los segundo novas dinâmicas de interfaces. Este fenômeno enseja que novas hipóteses sejam formuladas acerca da existência deste ‘terceiro polo’, no processo comunicacional. A circulação deixa de ser um elemento invisível ou insondável e, graças a um trabalho complexo de linguagem e técnica, segundo operações de dispositivos, explicita sua ‘atividade construcionista’, gerando pistas, instituindo novos objetos e, ao mesmo tempo, procedimentos analíticos que ensejem a inteligibilidade do seu funcionamento e dos seus efeitos. (FAUSTO NETO, 2010, p.3)

Por essa perspectiva é que nos detemos em observar a Vaza Jato como acontecimento jornalístico, analisando as transformações que este fenômeno suscita na sociedade e em diferentes campos e circuitos, a partir de suas práticas, mas também levando em conta estes diferentes atravessamentos. Contudo, não há como deixarmos de fora desta análise, uma contextualização sobre a Operação Lava Jato como um acontecimento inicial que dispara a própria processualidade da Vaza Jato, pois um acontecimento deriva do outro, gerando uma nova dinâmica interacional entre eles. Sendo assim, a partir do surgimento da Operação Lava Jato, um fenômeno comunicacional que interrelaciona os campos midiático e jurídico, a Vaza Jato emerge como uma ruptura de sua narrativa, proporcionando um fenômeno singular, cuja complexidade desencadeia uma série de relações entre circuitos diversos, gerando feedbacks complexos, complexidade que é toda permeada pelo fenômeno da circulação. Assim, chamamos a atenção para o fato de

que, no mundo midiaticizado, o processo de circulação produz, através do acontecimento, novas narrativas que geram novas possibilidades de produção de sentido.

Segundo tal perspectiva, o processo de circulação proporciona a importância de lógicas comunicacionais ao lado de outras lógicas. Porém, a partir dessa noção processual, percebe-se uma própria transformação sobre a noção de acontecimento jornalístico, na medida em que ingressam neste campo novos atores, com práticas diferenciadas, que aderem a novas lógicas. Significa dizer que o acontecimento não se engendra apenas na órbita de um desses campos – tampouco do seu pólo emissor – mas se arquiteta na relação entre narrativas e processos interacionais diferentes, no contexto do ambiente midiaticizado. Levando em conta a dinâmica dessas relações, a análise aqui proposta pretende refletir sobre a transformação do acontecimento jornalístico, examinando a construção discursiva da série de reportagens da Vaza Jato, publicadas pelo The Intercept Brasil. Entretanto, a análise só se torna viável se levarmos em conta os históricos que o antecedem, que são os acontecimentos referentes à construção de uma narrativa estabelecida pela Operação Lava Jato, procurando compreender de que forma se dão estas operações de complexificação do acontecimento no contexto da sociedade em vias de midiaticização, levando em conta os aspectos acima indicados. Tendo como ponto de partida a Vaza Jato como objeto de análise, apresentamos o contexto analítico que o ampara, em três fases distintas. A primeira considera que a Lava Jato é uma operação que se expressa comunicacionalmente, e destaca-se pela apropriação do comunicacional pelo campo jurídico, conforme a atuação de atores midiaticizados por parte de seus operadores jurídicos, tais como Deltan Dallagnol e Sergio Moro. O segundo momento, analisa como a Lava Jato interferiu de forma comunicacional na sociedade, gerando novos acontecimentos decorrentes dele, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Lula e a eleição de Jair Bolsonaro como presidente. A terceira fase se configura como o surgimento de outra operação comunicacional, que justamente rompe com a própria narrativa construída pela Lava Jato: a série de reportagens da Vaza Jato, publicadas pelo The Intercept Brasil. Lembramos que três momentos possuem como eixo o fenômeno da circulação, que contribuem para a criação de diferentes produções de sentidos, através de narrativas que foram desencadeadas pela circulação de mensagens produzidas por diversos campos, a partir das informações enunciadas pela

cobertura jornalística da Lava Jato e que foram cobertas de novas angulações, segundo matérias da Vaza Jato. Consideramos da mesma forma as discussões em diferentes campos que se originaram a partir da circulação destas reportagens. Destacamos também a importância das narrativas dos temas exaustivamente discutidos entre jornalistas sobre a própria legitimidade do material vazado, que deu origem à série de reportagens, discussão que se misturou com o campo jurídico, no sentido de que especialistas, tanto do jornalismo quanto do direito, debateram, inclusive no âmbito midiático, questões relacionadas, como as que envolveram a natureza da cobertura realizada pelo The Intercept Brasil, acusada por alguns como passíveis de possíveis ilegalidades na prática jornalística. As reportagens de denúncia desencadearam também repercussões no campo jurídico, provocando um intenso debate entre especialistas da área sobre ética e constitucionalidade dos processos executados pela procuradoria e pelo próprio juiz Sergio Moro. Porém, este acontecimento jornalístico ultrapassou as barreiras de seus próprios campos, suscitando importantes discussões públicas sobre temas relevantes para a sociedade, como a ética de um processo jurídico, a legitimidade de nosso sistema político e até mesmo uma grande discussão deontológica sobre os processos do jornalismo brasileiro.

Para um desenvolvimento um pouco mais aprofundado sobre o conceito de acontecimento, nos apoiamos na visão de diversos autores, como Ronaldo Henn (2009), Louis Quéré (2012) e Pierre Nora (2006). De acordo com Henn, o acontecimento é “um conjunto de condições iniciais que disparam um processo. Quéré afirma que o acontecimento é um “vir a ser”, sendo o mundo, “um mundo de acontecimentos, isto é, um mundo temporal em que as coisas advêm à existência.” (QUÉRÉ, 2012). Pierre Nora afirma que “o acontecimento midiático deixou de ser uma garantia de real, uma vez que é a midiática que o constitui”. (NORA, 2006 apud QUÉRÉ, 2012). No caso da Vaza Jato, essa ocorrência disparou uma série de novos processos, gerando novos acontecimentos e meta-acontecimentos. Destacamos ainda que a série de reportagens do Intercept também provocou um meta-acontecimento ao fazer surgir uma intensa discussão sobre jornalismo, algo que, de alguma forma, já foi lembrado por Rodrigues

“é o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo,

das pessoas, das coisas, das instituições. Uma segunda categoria de acontecimentos veio, por isso, alastrar no mundo atual, uma espécie de acontecimentos segundos ou de meta-acontecimentos provocados pela própria existência do discurso jornalístico” (RODRIGUES, 1993).

Com relação ao acontecimento na midiatização em processo, que afetam e complexificam a própria noção de acontecimento, trazemos também a perspectiva de Antônio Fausto Neto (2012), na qual os “acontecimentos são tecidos hoje no contexto da midiatização no qual as mediações, enquanto práticas sociais, são afetadas por uma nova arquitetura e dinâmica do processo comunicacional.”

3. Estratégias, conflitos e agendas

A Lava Jato demonstrou momentos distintos, trazendo, na sua primeira fase, a apropriação das lógicas midiáticas por atores jurídicos, com o objetivo de obter uma maior projeção de suas ações. Esses atores jurídicos acessaram a codificação do que se define sobre noticiabilidade da imprensa, fazendo com que as empresas de comunicação, ao receberem o material advindo do campo jurídico, porém decodificado pelas lógicas midiáticas, pudesse ser facilmente publicado, o que se comprova pelo fato das ações jurídicas da operação, como as conduções coercitivas ou mandados de busca e apreensão, serem, em sua maioria acompanhadas de intensa cobertura midiática. Sendo assim, os atores jurídicos criaram uma relação de proximidade com a mídia, exatamente pelo fato de ter se constituído como fonte, construindo uma credibilidade que tornou a própria Lava Jato um valor-notícia, com a justificativa de estar atendendo a uma questão de interesse público. Dessa maneira, se tornaram também atores midiáticos dessa Operação, com suas imagens alcançando, semiologicamente, uma potência mitológica. Porém, para que essa mitologia se consolidasse perante a opinião pública, era preciso eleger um inimigo que personificasse a própria luta contra a corrupção que estes atores jurídicos preconizavam. Simbolicamente, a melhor estratégia seria mirar em um líder com bastante projeção popular, o fazendo cair em descrédito. Sendo assim, os atores jurídicos da Operação Lava Jato estabeleceram uma narrativa que usou a imprensa para criar um ambiente favorável à condenação do ex-presidente Lula. Esse processo foi di-

namizado pela atuação do juiz Sergio Moro², que nesse momento gozava de exposição máxima e tinha uma alta credibilidade perante a opinião pública. Foi através da justificativa de atender aos anseios da população, proporcionando a transparência das informações da investigação para atender o interesse público, que Moro determinou a quebra de sigilo da ligação entre Lula e Dilma, mesmo que essa ligação tivesse acontecido posteriormente à retirada da quebra de sigilo telefônico do ex-presidente, e que a outra pessoa envolvida na ligação fosse a presidente da república, cargo máximo do executivo da nação e função que cumpre prerrogativa foro privilegiado por função. As repercussões políticas desta divulgação dessa gravação foram imediatas e múltiplas. Iniciaram-se as manifestações populares nas ruas e painéis nas janelas pedindo o impeachment do governo Dilma, assim como a Lava Jato também conseguiu embasar melhor o pedido de prisão do ex-presidente Lula.

A Lava Jato se apoia no midiático como fator fundamental para a publicização das iniciativas do campo jurídico, preocupação demonstrada por Sergio Moro, juiz titular da Lava Jato, mas também influencia a atividade da Operação como um todo, já que o procurador chefe da força tarefa, Deltan Dallagnol, também age sob a mesma lógica. Os operadores jurídicos conferem de fato importância a atuação midiática no caso de investigação de corrupção motivada pela intenção de influenciar a opinião pública favoravelmente às suas mobilizações. E isso ocorre porque a Operação Lava Jato tem como inspiração máxima o caso Mãos Limpas, grande operação investigativa realizada na Itália na década de 90, que visava esclarecer casos de corrupção envolvendo a máfia italiana, a ordem maçônica e o banco do vaticano. O juiz Sergio Moro, chegou a publicar um artigo comentando as realizações da Operação Mãos Limpas, defendendo o uso de práticas que obtiveram êxito nesse acontecimento, como a prática de delações premiadas, grampos telefônicos e o uso da publicização da mídia como forma de atrair o apoio da opinião pública para as realizações do campo jurídico.

Sendo assim, os operadores jurídicos da Operação Lava Jato se utilizaram de estratégias comunicativas, que contavam com uma equipe de comunicação especializada em transformar as iniciativas jurídicas em um material que fosse contemplado por lógi-

² <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-linha-do-tempo-de-moro-de-juiz-de-1a-instancia-a-superministro/>

cas midiáticas. Dessa forma, operações de busca e apreensão, depoimentos e prisões eram amplamente divulgadas para a imprensa de maneira privilegiada, para que todas suas ações pudessem contar com um forte aparato midiático.

É fato que realmente a Operação Mãos Limpas obteve sucesso em grande parte por conta da pressão midiática que a imprensa italiana realizou em torno do caso. Porém, também é fato que a década de 90 ainda gozava de um protagonismo das mídias perante a sociedade, caso que não se estabelecia da mesma forma quando a Lava Jato foi instituída. E embora a estratégia dos operadores jurídicos que coordenavam a operação Lava Jato tenha dado certo por um tempo, foi exatamente a confiança desmedida na mediação da imprensa que permitiu uma ruptura da sua própria narrativa. Pois foi a partir da atuação de um ator midiático que surgiu o vazamento que contestaria a processualidade da Operação Lava Jato, assim como seus interesses e motivações. Porém, mesmo que o The Intercept Brasil tenha surgido nesse cenário como um novo ator midiático dentro do campo jornalístico, suas práticas já atendiam a lógicas de midiaticização.

A Vaza Jato ocorre quando o impeachment de Dilma já havia se consolidado, a prisão de Lula realizada, fatos que deixaram o caminho livre para a eleição à presidência do candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro, proporcionando a indicação de super ministro da justiça para o juiz Sergio Moro. Em meio ao governo Bolsonaro, em junho de 2019, o The Intercept Brasil, publica uma série de reportagens, apuradas a partir de um vazamento anônimo, que denunciavam a colaboração do juiz Sergio Moro com a procuradoria da Operação Lava Jato, além de comprovar uma série de outras irregularidades do processo.

Outra questão que analisamos na pesquisa, analisa como as agendas jornalísticas se comportaram tanto no caso da cobertura da Lava Jato, quanto no caso da Vaza Jato. No que se refere à relação dos operadores jurídicos que se apropriaram das lógicas midiáticas, pode-se perceber uma intenção de agendamento da força-tarefa da Lava Jato, cujas tentativas de manipulação eram concretizadas através de vazamentos seletivamente oferecidos para algumas mídias da imprensa hegemônica, fato que se confirmou posteriormente nas próprias conversas divulgadas pela Lava Jato. Esse tema foi mencionado pelos editores do Intercept, Glenn Greenwald e Leandro Demori, ao questionarem o

agendamento jornalístico mantido por grande parte da mídia hegemônica brasileira quanto à Operação Lava Jato.

Durante cinco anos, a Lava Jato usou vazamentos e relacionamentos com jornalistas como uma estratégia de pressão na opinião pública. Funcionou, e a operação passou incólume, sofrendo poucas críticas enquanto abastecia a mídia com manchetes diárias. Teve pista livre para cometer ilegalidades em nome do combate a ilegalidades. Agora, a maior parte da imprensa está pondo em dúvida os procuradores e o superministro. Mas existe uma força disposta a mudar essa narrativa. A grande preocupação dos envolvidos agora, com ajuda da Rede Globo – já que não podem negar seus malfeitos – é com o “hacker”. E também nunca vimos tantos jornalistas interessados mais em descobrir a fonte de uma informação do que com a informação em si. Nós jamais falamos em hacker. Nós não falamos sobre nossa fonte. Nunca. (GREENWALD; DEMORI, 17 jun 2019).

Entretanto, também avançaremos com a investigação de como as mídias trabalharam publicamente a questão da Vaza Jato, para compreender até que ponto há convergência de agendas entre os dispositivos jornalísticos. Esta questão é exemplificada na análise da adesão de dois diferentes veículos em parcerias com o The Intercept Brasil na Vaza Jato: Folha de São Paulo e Revista Veja. Além dessa coalizão de forças jornalísticas demonstrar uma união inédita do jornalismo independente com o jornalismo hegemônico, essa escolha também teve o propósito de evidenciar dois acontecimentos: explicar melhor a processualidade que envolve a divulgação do vazamento da ligação entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, assim como demonstrar o *mea culpa* de uma mídia hegemônica, que foi assumido, através da Revista Veja, com relação à contribuição de uma narrativa que favoreceu os operadores jurídicos da Lava Jato. Esse agendamento não somente contribuiu para o sucesso da Operação Lava Jato, como integrou a campanha para tornar o ex-presidente Lula inelegível para as eleições presidenciais, que aconteceram em 2018. Sendo assim, uma das parcerias mais improváveis da Vaza Jato se deu justamente com a Revista Veja, a mídia que mais celebrou os feitos de Sergio Moro no comando da Operação Lava Jato. A publicação não somente divulgou a adesão à Vaza Jato, como estampou na capa como destaque as constatações das irregularidades cometidas pelo juiz Sergio Moro (Figura 1).

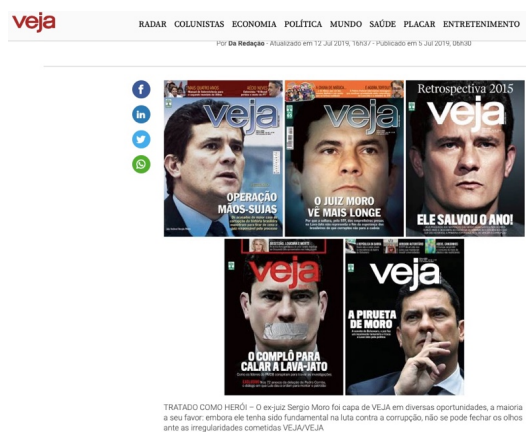
Figura 1: Capa da Veja em parceria com Vaza Jato



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

A revista também publicou na sessão “Carta ao Leitor” (Figura 2) um *mea culpa*, em que admitia que ter tratado Sergio Moro como herói em suas matérias, que eram, na maioria das vezes, favoráveis ao juiz. No texto, os editores também assumem a parceria, afirmando que naquele momento, diante da comprovação das denúncias apuradas, estava dando o seu aval quanto à veracidade das denúncias apresentadas pela Vaza Jato.

Figura 2: Carta ao Leitor da Veja



Fonte: Veja Online

Esse acontecimento acaba se colocando como uma ruptura frente ao jornalismo hegemônico, que o transforma, tanto ao aceitar a Vaza Jato como pauta jornalística, como em referendar o jornalismo praticado pelo The Intercept Brasil, assim como ao

aceitar os vazamentos como fonte fidedigna. Esse episódio também explicita uma retração bastante ambígua por parte da Revista Veja, que embora assuma que o juiz Sergio Moro, antes protagonista das suas matérias, agora apresenta uma conduta condenável, afirma que ainda é a favor da Lava Jato e que tampouco está contra Sergio Moro. A revista justifica a atitude para ser fiel ao seu discurso de imparcialidade, que assim também motivou a denúncia ao ex-presidente Lula.

A outra grande parceria estabelecida na Vaza Jato foi a colaboração entre o The Intercept Brasil e o jornal Folha de São Paulo (Figura 3). Porém, a abordagem do jornal foi bem diferente da proposta pela Revista Veja. No editorial, a Folha apenas mencionou que havia recebido e estava verificando o material vazado que fazia parte do acervo da Vaza Jato, e informou aos seus leitores que a partir daquele dia, publicaria uma série de matérias sobre o assunto.

Figura 3: Parceria Folha de São Paulo/The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil, 2019

O texto também menciona que a primeira matéria dos dois veículos conta sobre como os procuradores da Lava Jato agiram para proteger o juiz Sergio Moro, para evitar tensões com o STF, um dia após o juiz ter sido repreendido pela mesma instituição por ter divulgado ilegalmente o vazamento entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula da Silva. Aliás, esse acontecimento aparece como bastante recorrente na Vaza Jato, que também se configura como a primeira ocorrência que disparou todo o processo de criação do The Intercept Brasil. No editorial que introduz a Vaza Jato, os jornalistas Glenn Greenwald e Leandro Demori chamam a atenção para a seletividade

com relação aos critérios que definem quais vazamentos poderiam ou não ser divulgados pela imprensa.

A bem da verdade, ao produzir reportagens a partir desses arquivos, somos guiados pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva (em que discutiam a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro da Casa Civil), logo reproduzidas por inúmeros veículos de mídia. A divulgação dessas ligações privadas foi crucial para virar a opinião do público contra o PT, ajudando a preparar o terreno para o impeachment de Dilma em 2016 e a prisão de Lula em 2018. O princípio invocado para justificar essa divulgação foi o mesmo a que estamos aderindo em nossas reportagens sobre esse acervo: o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público. Mas a divulgação feita por Moro e diversos veículos da imprensa dos diálogos privados entre Lula e Dilma incluíam não apenas revelações de interesse público, mas também comunicações privadas de Lula sem qualquer relevância para a sociedade – o que levou muitas pessoas a argumentarem que a divulgação tinha o propósito de constranger pessoalmente o ex-presidente. Ao contrário deles, o Intercept decidiu manter reservada qualquer comunicação ou informação relacionada a Moro, Dallagnol e outros indivíduos que seja de natureza puramente privada e, portanto, desprovida de real interesse público. (GREENWALD; REED; DEMORI, 9 jun 2019).

Meses depois, a Vaza Jato traz uma reportagem³, novamente em parceria com a Folha de São Paulo, em que relata, com detalhes, as conversas que antecederam o vazamento da ligação entre Dilma e Lula. Segundo a reportagem, outras conversas gravadas naquele dia revelam que Lula teria relutância em aceitar a indicação de Dilma para ser ministro da Casa Civil, o que contradiz a alegação de Moro de que Lula teria usado essa estratégia para assim gozar de imunidade por foro privilegiado.

A reportagem teve acesso a anotações dos agentes que monitoraram Lula, [com resumos de 22 conversas grampeadas após a interrupção da escuta em março de 2016](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml). Elas foram gravadas porque as operadoras de telefonia demoraram a cumprir a ordem de Moro e o sistema usado pela PF continuou captando as ligações. Os diálogos, que incluem conversas de Lula com políticos, sindicalistas e o então vice-presidente Michel Temer (MDB), revelam que o petista disse a diferentes interlocutores naquele dia que relutou em aceitar o convite de Dilma para ser ministro e só o aceitou após sofrer pressões de aliados. O ex-presidente só mencionou as investigações em curso uma vez, para orientar um dos seus advogados a dizer aos jornalistas que o procurassem que o único efeito da nomeação seria mudar seu caso de jurisdição, graças

³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml>

à [garantia de foro especial para ministros no Supremo](#). (FOLHA DE SÃO PAULO, 08 jul 2019)

A matéria ainda denuncia que as conversas vazadas demonstravam que um agente da Polícia Federal alertou os investigadores da Lava Jato sobre o conteúdo da ligação entre Dilma e Lula, e que foi instruído por eles a realizar um relatório sobre isso. Esta constatação mostra uma arbitrariedade no processo judicial, a ordem para a interrupção das escutas telefônicas já havia determinada pelo próprio juiz Sergio Moro, horas antes desta ligação. Embora as escutas estivessem sido realizadas desde 19 de fevereiro, a partir do conhecimento do convite de Dilma para Lula ser ministro, a equipe da Lava Jato manifestou mais atenção com o conteúdo das gravações, inclusive levando essas informações ao juiz Sergio Moro, que solicitou a transcrição completa do material (Figura 4).

Figura 4: Sergio Moro solicita a transcrição dos diálogos de Lula e Dilma

14.mar.2016

Luciano Flores
19:49:46 Prado e demais colegas da análise: Teríamos condições de apresentar os três relatórios de interceptação amanhã de manhã, com tudo o que tem de relevante nos dois períodos até o momento? (pergunta porque sei que vcs estavam com eles praticamente prontos)

Prado
20:24:45 Luciano: amanha de manha nao seria possivel. Sao 41 ligacoes no relatorio. Ainda faltam algumas mesmo fazendo mutirao de transcricao. Acho que conseguimos ate o final do dia de amanha.
20:25:15 Voces pensam em **eprocar** isso quando?
20:26:44 Se for uma emergencia, fechamos o relatorio do jeito que esta, mas muitas ligacoes so estao com resumo. E o **Russo** pediu expressamente que todas fossem transcritas.
20:27:16 Estamos tentando fazer o melhor possivel, porque esse relatorio vai fazer um strike em **BSB**

Flores
20:28:57 Estamos vendo essa questão da oportunidade... parece que já está confirmada a aceitação dele para Casa Civil

Luciano
Luciano Flores, delegado da Polícia Federal

eprocar
Anexar aos autos no sistema eletrônico de acompanhamento processual, o E-proc

Russo
Apelido usado pelos procuradores para se referir ao então juiz Sergio Moro

BSB
Brasilia

Fonte: Folha de São Paulo

De acordo com as conversas reveladas, somente depois que a imprensa confirmou a nomeação de Lula ao cargo de ministro da Casa Civil, ocorrido na manhã do dia 16 de março, é que o juiz Sergio Moro decidiu por solicitar o encerramento das escutas telefônicas, o que só ocorreu cinco horas depois, por conta da demora das operadoras de telefonia. Nesse meio tempo, às 13h32, ocorreu a ligação entre Dilma e Lula.

Conforme informou a Folha de São Paulo na matéria, os diálogos divulgados pelo The Intercept Brasil revelaram que a conversa provocou um impacto imediato entre a equipe de investigadores da Operação Lava Jato, que temiam que a estratégia do gover-

no evitasse a prisão de Lula. Segundo a reportagem, a Polícia Federal anexou aos autos o áudio com a conversa de Dilma e Lula e o relatório com sua transcrição às 15h37, com o Ministério Público já se manifestando a favor da retirada do sigilo da investigação, antes mesmo de tomar conhecimento do diálogo. Embora o juiz Sergio Moro ainda não tivesse manifestado nenhuma decisão sobre o caso, a matéria apura que o juiz dedicou demasiada importância à ocorrência:

Registros no sistema eletrônico de acompanhamento dos processos da Justiça Federal mostram que o juiz examinou com atenção os áudios anexados pela PF. Ele determinou a exclusão dos arquivos de duas conversas com advogados de Lula, argumentando que envolviam sigilo profissional. Moro decidiu levantar o sigilo dos autos às 16h19. A GloboNews noticiou a decisão às 18h32 e revelou que Dilma fora grampeada. Uma cópia da transcrição do diálogo que a presidente tivera com Lula naquela tarde foi lida ao vivo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 jul 2019).

O Jornal Nacional também utilizou o mesmo vazamento como destaque da edição daquela noite, o que amplificou a exposição do caso. A reportagem ainda mostra que a decisão de Moro causou questionamentos dos próprios procuradores, que duvidavam da fundamentação legal da decisão, o que foi mostrado pelos diálogos da Vaza Jato. Logo depois, o relator do processo, Teori Zavascki, anulou as decisões de Moro e o repreendeu, argumentando que o juiz “usurpara as atribuições do Supremo ao tratar a conversa de Dilma e Lula como válida, divulgar diálogos dela e de outras autoridades com foro na corte e fazer juízo de valor sobre sua conduta sem ter competência legal para tanto”. (FOLHA DE SÃO PAULO, jul 2019). Porém, os desdobramentos das atitudes de Moro já haviam se consolidado:

Mas os efeitos das decisões de Moro eram irreversíveis. Com base nas conversas divulgadas pelo juiz, o ministro Gilmar Mendes, do STF, anulou a posse de Lula dois dias depois, em 18 de março. Com o aprofundamento da crise política, a Câmara aprovou a abertura do processo de impeachment em abril e afastou Dilma do cargo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 8 jul 2019).

A repercussão desse caso provocou diversos debates em diversos campos, principalmente o jurídico. A Revista Brasileira de Ciências Criminais⁴ dedicou uma edição especial à Operação Lava Jato, com artigos que questionavam a espetacularização do processo penal, debatiam o uso dos vazamentos telefônicos e depoimentos inquisitórios, assim como também realizavam uma crítica à cobertura midiática da Lava Jato.

⁴ <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/443762>

No campo jornalístico, houve discussões sobre o ocorrido em sites especializados⁵ que debatem o campo profissional, assim como artigos acadêmicos e inclusive um texto opinativo⁶, escrito por Glenn Greenwald, fundador do The Intercept, que também é advogado constitucional. Seu primeiro artigo sobre o Brasil no The Intercept é assinado conjuntamente com os jornalistas Andrew Fishman e David Miranda, no dia 18 de março de 2016, apenas dois dias após o vazamento da ligação entre Lula e Dilma. O texto traz uma contextualização sobre a fragilidade política brasileira e também realiza uma intensa crítica midiática sobre a cobertura do governo Dilma Rousseff, assim como aponta uma campanha realizada pela imprensa quanto ao impeachment.

A mídia corporativa brasileira age como os verdadeiros organizadores dos protestos e como relações-públicas dos partidos de oposição. Os perfis no Twitter de alguns dos repórteres mais influentes (e ricos) da Rede Globo contém incessantes agitações anti-PT. Quando uma gravação de escuta telefônica de uma conversa entre Dilma e Lula vazou essa semana, o programa jornalístico mais influente da Globo, o Jornal Nacional, fez seus âncoras relerem teatralmente o diálogo, de forma tão melodramática e em tom de fofoca, que se parecia literalmente com uma novela, muito distante de um jornal, e foram ridicularizados nas redes por isso. Durante meses, as quatro principais revistas jornalísticas do Brasil dedicaram capa após capa a ataques inflamados contra Dilma e Lula, geralmente mostrando fotos dramáticas de um ou de outro, sempre com uma narrativa impactantemente unificada. (GLEENWALD; FISHMAN; MIRANDA, 18 mar 2016).

Três meses depois deste texto, Glenn Greenwald efetiva a criação do The Intercept Brasil, efetivando a vontade de realizar uma nova maneira de fazer jornalismo no país, acontecimentos que, somados aos desdobramentos da Operação Lava Jato, dão origem ao surgimento da Vaza Jato. Como resultado dessas reflexões, destacamos que é esse debate entre circuitos que possibilitou uma ressignificação em torno das práticas jornalísticas, ao revelar uma nova forma de acontecimento, o que permitiu uma série de transformações na própria sociedade. A partir dessas constatações, a pesquisa em andamento procura ainda investigar sobre os indícios que apontem a transformação do acontecimento jornalístico, mediante a complexidade trazida por uma sociedade em midiaticização, e a partir desse processo de ressignificações de sentido, dinamizada pelo proces-

⁵ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/arquivos-da-lava-jato/sergio-moro-e-os-antagonistas-do-jornalismo-serio-e-relevante/>

⁶ <https://theintercept.com/2016/03/18/o-brasil-esta-sendo-engolido-pela-corrupcao-da-classe-dominante-e-por-uma-perigosa-subversao-da-democracia/>

so de circulação. A Vaza Jato, por ser uma operação comunicacional que se engendra em lógicas de mediação, só poderia ter surgido neste contexto, uma vez que conta com as dinâmicas de circulação para uma maior profusão de sentidos e o estabelecimento de atravessamentos entre campos, o que provoca interposições de circuitos. Essa característica de atravessamentos de campos e circuitos, permitidos por meio da interação social, dinamizando os processos através de uma temporalidade não linear, é o que justamente caracteriza a processualidade da mediação.

Referências

FAUSTO NETO, Antônio. Mediação da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo-significante. In: JANOTTI JR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. **Mediação & Mediação**. Salvador: EDUFBA, Brasília, Compós, 2012, p.-52.

HENN, Ronaldo. A dimensão semiótica do acontecimento. In: BENETTI, Márcia. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

NORA, Pierre. Le retour de l'événement. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). **Faire de l'histoire**. t.1. Paris: Gallimard, 1974. P.210-228.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por uma realidade pragmatista. In: **Acontecimento: reverberações**. FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: teorias, questões e histórias**. Lisboa: Vega, 1993.

VERÓN, Eliseo. Teoria da mediação: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Revista Matrizes**. São Paulo, n. 1, v.8, p. 13-19, 2014.